programa final

Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais

INFORMAÇÃO PARA UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

III Conferência Nacional de Geografia e Cartografia

IV Conferência Nacional de Estatística

Reunião de Instituições Produtoras
Fórum de Usuários
Seminário "Desafios para Repensar o Trabalho"
Simpósio de Inovações
Jornada de Cursos
Mostra de Tecnologias de Informação

27 a 31 de maio de 1996
Rio de Janeiro, RJ BRASIL

Uma das maneiras de olhar o ofício de produzir informações sociais, econômicas e territoriais é como arte de descrever o mundo. Estatísticas e mapas transportam os fenômenos da realidade para escalas apropriadas à perspectiva de nossa visão humana e nos permitem pensar e agir à distância, construindo avenidas de mão dupla que juntam o mundo e suas imagens. Maior o poder de síntese dessas representações, combinando, com precisão, elementos dispersos e heterogêneos do cotidiano, maior o nosso conhecimento e a nossa capacidade de compreender e transformar a realidade.

Visto como arte, o ofício de produzir essas informações reflete a cultura de um País e de sua época, como essa cultura vê o mundo e o torna visível, redefinindo o que vê e o que há para se ver.

No cenário de contínua inovação tecnológica e mudança de culturas da sociedade contemporânea, as novas tecnologias de informação - reunindo computadores, telecomunicações e redes de informação - aceleram aquele movimento de mobilização do mundo real. Aumenta a velocidade da acumulação de informação e são ampliados seus requisitos de atualização, formato - mais flexível, personalizado e interativo - e, principalmente, de acessibilidade. A plataforma digital vem se consolidando como o meio mais simples, barato e poderoso para tratar a informação, tornando possíveis novos produtos e serviços e conquistando novos usuários.

Acreditamos ser o ambiente de conversa e controvérsia e de troca entre as diferentes disciplinas, nas mesas redondas e sessões temáticas das Conferências Nacionais de Geografia, Cartografia e Estatística e do Simpósio de Inovações, aquele que melhor enseja o aprimoramento do consenso sobre os fenômenos a serem mensurados para retratar a sociedade, a economia e o território nacional e sobre as prioridades e formatos das informações necessárias para o fortalecimento da cidadania, a definição de políticas públicas e a gestão político - administrativa do País, e para criar uma sociedade mais justa.

Simon Schwartzman
Coordenador Geral do ENCONTRO

Promoção

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBGE
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatistica
IBGE
Associação Brasileira de Estudos Populacionais
ABEP

Co-Promoção

Associação Brasileira de Estatística
ABE
Associação Brasileira de Estudos do Trabalho
ABET
Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva
ABRASCO
Associação Nacional de Centros de Pós-graduação em Economia
ANPEC
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANPOCS
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia
ANPEGE
Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
ANPUR
Sociedade Brasileira de Cartografia
SBC

Apoio

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FIRJAN
Academia Brasileira de Letras
ABL
Conselho Nacional de Pesquisas
CNPq
Financiadora de Estudos e Projetos
FINEP
Revista Ciência Hoje

Institutos Regionais Associados

Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central
CODEPLAN (DF)
Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A
EMPLASA (SP)
Empresa Municipal de Informática e Planejamento S/A
IPLANRIO (RJ)
Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
CIDE (RJ)
Fundação de Economia e Estatística
FEE (RS)
Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional
METROPLAN (RS)
Fundação Instituto de Planejamento do Ceará
IPLANCE (CE)
Fundação João Pinheiro
FJP (MG)
Fundação Joaquim Nabuco
FUNDAJ (PE)
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEADE (SP)
Instituto Ambiental do Paraná
IAP (PR)
Instituto de Geociências Aplicadas
IGA (MG)
Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis
IPEAD (MG)
Instituto do Desenvolvimento Econômico Social do Pará
IDESP (PA)
Instituto Geográfico e Cartográfico
IGC (SP)
Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento "Jones dos Santos Neves"
IJSN (ES)
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPARDES (PR)
Processamento de Dados do Município de Belo Horizonte S/A
PRODABEL (MG)
Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEI (BA)

Coordenação Geral

Simon Schwartzman

Comissões de Programa

Confege

César Ajara (IBGE)
Denizar Blitzkow (USP)
Jorge Marques (UFRJ)
Lia Osório Machado (UFRJ)
Mauro Pereira de Mello (IBGE)
Speridião Faissol (UERJ)
Trento Natali Filho (IBGE)

Confest

José A. M. de Carvalho (UFMG)
José Márcio Camargo (PUC)
Lenildo Fernandes Silva (IBGE)
Teresa Cristina N. Araújo (IBGE)
Vilmar Faria (CEBRAP)
Wilton Bussab (FGV)

Comissão Organizadora

Secretaria Executiva - Luisa Maria La Croix
Secretaria Geral - Luciana Kanham
Confege, Confest e Simpósio de Inovações
Anna Lucia Barreto de Freitas, Evangelina X.G. de Oliveira, Jaime Franklin Vidal Araújo, Lilibeth Cardozo R.Ferreira e Maria Letícia Duarte Warner
Jornada de Cursos - Carmen Feijó
Finanças - Marise Maria Ferreira
Comunicação Social - Micheline Christophe e Carlos Vieira
Programação Visual - Aldo Victorio Filho e Luiz Gonzaga C. dos Santos
Infra-Estrutura - Maria Helena Neves Pereira de Souza
Atendimento aos Participantes - Cristina Lins
Apoio
Andrea de Carvalho F. Rodrigues, Carlos Alberto dos Santos, Delfim Teixeira, Evilmerodac D. da Silva, Gilberto Scheid, Héctor O. Pravaz, Ivan P. Jordão Junior, José Augusto dos Santos, Julio da Silva, Katia V. Cavalcanti, Lecy Delfim, Maria Helena de M. Castro, Regina T. Fonseca, Rita de Cassia Ataualpa Silva e Taisa Sawczuk

Registramos ainda a colaboração de técnicos das diferentes áreas do IBGE, com seu trabalho, críticas e sugestões para a consolidação do projeto do ENCONTRO.

MERCOSUL: MODELO LATINO-AMERICANO DE GLOBALIZAÇÃO E A INTEGRAÇÃO BRASILEIRA (1)

ÂNGELO CARDOSO PEREIRA *
MARIA ISABEL DA SILVA AZEVÊDO ALVIM **

RESUMO

A década de 90 vem impondo à América Latina importantes desafios, tais como, a necessidade de reestruturação da produção, a introdução de modernos avanços tecnológicos, competitividade econômica e inserção mais rápida possível no mundo desenvolvido. A tendência para a globalização e a transnacionalização das economias constitui uma das principais características da atual conjuntura. A formação de importantes blocos comerciais é o novo paradigma mundial. É nesse contexto que nos propomos a discutir os desequilíbrios regionais dos países do MERCOSUL, os impasses internos e externos que condicionam o seu desenvolvimento e as possíveis formas de superação e reversão de tais desajustamentos, bem como, o processo de integração do Brasil a esse novo "PAÍS", o MERCOSUL.

ABSTRACT

The decade of 90s has been imposing to Latin American importants challenges, such as, the necessity of a new structure of production, the introduction of modern technology advancements, development of economic competition and participation of the developed world as soon as possible. The tendency to globalization and the transnationalization of the economies constitutes one of the principal characteristics of present situation. The formation of important commercial blocks is the new paradox of the world. In this context we propose to discuss the regional disorders of the countries of MERCOSUL, the internal and external obstacles that conditionate its development and the possible forms of overcoming and reversing these discrepancy, as weel as, the brazilian integration process for this "new country", the MERCOSUL.

INTRODUÇÃO

O final do século XX apresenta uma estrutura social, política e econômica única na história da humanidade. Hoje, vivemos numa sociedade que tem por principal característica o fator globalizador que a transformou em uma *Sociedade Global.*

---

(1) Este artigo corresponde, com adaptações, à primeira parte da dissertação de mestrado do autor, apresentada na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (PEREIRA, 1996).

* MS em Economia Européia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra - Portugal. Professor Substituto da Faculdade de Economia e Administração da UFJF-MG.

** MS em Economia Rural pela Universidade Federal de Viçosa - MG. Diretora da Faculdade de Economia e Administração da UFJF-MG.

"As sociedades contemporâneas, a despeito das suas diversidades e tensões internas e externas, estão articuladas numa sociedade global. Uma sociedade global no sentido de que compreendem relações, processo e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais, ainda que operando de modo desigual e contraditório. Nesse contexto, as formas regionais e nacionais evidentemente continuam a subsistir e atuar. Os nacionalismos e regionalismos sociais, econômicos, políticos, culturais, étnicos, linguísticos, religiosos e outros podem até ressurgir, recrudescer. Mas o que começa a predominar, apresentar-se como uma determinação básica, constitutiva, é a sociedade global, a totalidade na qual, pouco a pouco, tudo o mais começa a parecer parte, segmento, elo, momento. São singularidades, ou particularidades, cuja fisionomia possui ao menos um traço fundamental conferido pelo todo, pelos movimentos da sociedade civil global(...)" (IANNI, 1993, p.39).

Esta *Sociedade Global* é o resultado da história da globalização do capitalismo. Globalização esta que se iniciou nos séculos XV e XVI, com a expansão geográfica do capitalismo pelo mundo através dos descobrimentos, o que possibilitou a integração desse mundo num único sistema de produção e consumo de mercadorias. Com a Revolução Industrial do século XVIII, o capitalismo desenvolveu tecnologias que permitiram o aumento da produtividade do trabalho, obtendo uma maior produção de mercadorias com um número menor de trabalhadores, reduzindo os preços e aumentando os lucros. O momento atual de nossa história é, sem dúvidas, o período mais marcante da construção dessa sociedade, onde o capitalismo mundial, através da dinâmica das novas tecnologias, atua por meio das chamadas empresas multinacionais.

A sociedade global, tão bem definida por IANNI (1993), resume-se à percepção de nosso próprio dia-a-dia. A evolução do capitalismo mundial contemporâneo, enraizado no grande desenvolvimento tecnológico, contribui de forma significativa para a globalização da sociedade do final do século XX. O padrão de consumo mundial tende a se homogeneizar. Hoje, consumimos, simultaneamente com centenas de milhares de outros indivíduos por todo o mundo, uma gama de produtos e serviços altamente diversificados que vão desde a Coca-Cola e o cheeseburger no McDonald's até a troca de informações através do Sistema Internet.

"A globalização da economia e da sociedade, baseada na expansão sem precedentes do capitalismo e comandada pelo crescente domínio das corporações transnacionais, está levando ao desenvolvimento de uma *nova ordem mundial*. Essa nova ordem tem como características principais o fim da guerra fria, o incremento da guerra comercial entre empresas e países e a formação de grandes blocos econômicos regionais(...)" (PRAXEDES & PILETTI, 1994, p.17).

As grandes transformações mundiais como a mutação tecnológica, a falência do modelo comunista, o desmantelamento da URSS, a marcha inexorável dos países do leste

europeu para a democracia política e para formas de organização mais próximas da economia mundial, a falência das certezas da era Reagan-Tatcher, a re-democratização da América Latina e a constituição de "Blocos Econômicos Integrados" que se fazem notar pelos quatro cantos do mundo, são fenômenos de extrema relevância para a constituição das novas relações políticas, sociais e econômicas do mundo atual.

O desenrolar destas transformações contraria a tese de FUKUYAMA (1992) - funcionário do Departamento de Estado Norte-Americano -, de que com a queda da experiência socialista estava decretado *o fim da história*, uma vez que não se atingia um sistema perfeito - *o capitalismo* - mas apenas se eliminava a possibilidade de quaisquer alternativas melhores do que a existente. Na verdade, a Nova Ordem Econômica Internacional tem provado que estamos entrando em uma era onde as relações capitalistas tendem a ser "dirigidas" em favor de conceitos, tais como: eficiência, competitividade, relações trabalhistas, ecologia, harmonização e integração.

A atual relação capitalista tem por base o que se convencionou denominar de Terceira Revolução Industrial. Tal expressão resume um conjunto de novas tecnologias, cujos três principais componentes são a biotecnologia, a microeletrônica e os novos materiais. Este novo paradigma tecnológico engendra, por sua vez, dois macroefeitos: uma ação no sentido da fragmentação organizacional e geográfica da sociedade; e um desacoplamento forçado (*forced decoupling*) das economias do Terceiro Mundo - termo que alguns analistas da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) já começam a utilizar.

Tais fatores são de grande importância para as economias latino-americanas, pois, segundo OMAN (1994): "(...)Na dinâmica de crescimento da globalização os países em desenvolvimento se beneficiarão ou serão excluídos?(...)".

Pretendemos demonstrar com este estudo que a superação das dificuldades regionais, atualmente existentes entre os quatro países, só será superada caso estes mesmos países encarem o processo de integração com seriedade e comprometimento, pois, atualmente, a constituição do MERCOSUL, apesar de vislumbrar a constituição de um Mercado Comum, tem sido afetada por várias propostas - menos comprometedoras - de criação de uma Zona de Livre Comércio Latino Americana restrita na redução e/ou eliminação de entraves à circulação de mercadorias sem se preocupar com a criação de instituições supranacionais que exerçam um controle político, econômico e técnico do desenvolvimento concertado destes países.

1 GLOBALIZAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO E A INTEGRAÇÃO REGIONAL

A globalização e a regionalização representam, segundo OMAN (1994), um duplo desafio para os países em desenvolvimento. Ambas estão gerando oportunidades para o fortalecimento das relações Norte-Sul e para um maior incremento da produtividade, da competitividade e dos padrões de vida nos países em desenvolvimento. O autor constata que "(...)mesmo sendo opostas - a globalização é impulsionada por forças microeconômicas que tendem a promover tanto a integração *de facto*, como os ajustes regionais *de jure* entre os governos; enquanto a regionalização é, muitas vezes, um processo político -, elas não são necessariamente antagônicas. Quando a regionalização ajuda a incrementar as forças competitivas dentro das regiões, os dois processos tendem a se fortalecer(...)" (OMAN, 1994, p.39).

A peculiaridade de tal afirmação reside no risco que o processo de regionalização pode acarretar para a abertura econômica mundial, uma vez que o espectro da exclusão involuntária da emergente economia mundial tripolar é ainda evocado por muitos países.

IANNI (1993) argumenta ser a globalização um processo que "(...)tende a desenraizar as coisas, as gentes e as idéias(...)". Na verdade, tudo tende a desenraizar-se: mercadorias, mercado, moeda, capital, empresa, agência, gerência, *know-how*, projeto, publicidade, tecnologia, etc.. Pouco a pouco, a globalização vem criando um espaço global que extrapola as fronteiras nacionais formando estruturas de poder econômico, político, social e cultural, mundialmente descentralizados.

Segundo Wakeman Jr. *apud* IANNI (1993, p.93), "(...)o conceito de *desterritorialização* aplica-se não apenas a óbvios exemplos como corporações transnacionais e mercados monetários, mas também a grupos étnicos, lealdades ideológicas e movimentos políticos que atuam crescentemente em moldes que transcendem fronteiras e identidades territoriais específicas. A *desterritorialização* tem afetado as lealdades de grupos envolvidos em diásporas complexas, suas manipulações monetárias e outras formas de riqueza e investimento, bem como as estratégias de Estados. O debilitamento dos vínculos entre povo, riqueza e territórios, por sua vez, tem alterado a base de muitas interações globais significativas e, simultaneamente, põe em causa a definição tradicional de Estado(...)".

Tais argumentações corroboram de forma significativa para o entendimento dos fenômenos da globalização e da regionalização e para o modo como ambos se relacionam. Por outro lado, está-se ainda muito aquém de uma plena distinção conceitual desses processos, a qual engendra uma ampla gama de problemas associados aos aspectos políticos e econômicos das atuais mudanças mundiais.

Estes problemas compõem-se de fatores macro e microeconômicos, nacionais e internacionais, políticos, sociais e culturais, tais como: a viabilidade do sistema de comércio mundial, consubstanciado nas negociações do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) e na criação da Organização Mundial de Comércio (OMC);, a necessidade crescente da integração política internacional; o aparente declínio da autonomia político-econômica dos países; o impacto da *revolução* tecnológica; as fontes de crescimento a longo prazo da economia e da produtividade; a importância da mudança nos sistemas de gerenciamento empresarial e na organização industrial; as bases do poder de competição dos países e das empresas; as implicações da emergência de um mundo tripolar e do rápido processo de transformação das relações Norte-Sul; a diversidade crescente entre os países em desenvolvimento; a pobreza; a exclusão social de grande parte da população mundial; o desemprego; as disparidade de renda e de salários; e, finalmente, o papel do governo e a natureza das relações entre Estado e mercado, bem como a emergência de competição entre diferentes sistemas sociais ou formas de capitalismo.

A Nova Ordem Econômica Internacional tem provado que estamos entrando em uma era onde as relações capitalistas produzem um aumento da competição e dos conflitos entre diferentes sistemas sociais ou diferentes formas de capitalismo. ALBERT (1992), em *Capitalismo contra Capitalismo*, pontua, com bastante precisão, que alcançada a hegemonia capitalista com a derrocada do comunismo, o futuro mundial fica agora pendente entre "(...)dois modelos de capitalismo: o modelo *neo-americano*, assente no sucesso individual e no lucro financeiro a curto prazo, e o modelo *renano*, praticado na Alemanha, na Suiça, no Benelux, na Europa do Norte e, com variantes, no Japão, privilegiando o sucesso coletivo, o consenso e o longo prazo(...)".

Fica claro que, ao invés de estarmos vivendo *o fim da história*, entramos num período decisivo da história da humanidade onde o incremento das relações mundiais e a re-democratização de países, até então considerados periféricos, têm promovido o aumento do debate sobre o modelo a se adotar em cada país e a forma, mais apropriada, de se integrar à economia mundial.

1.1 GLOBALIZAÇÃO

O processo de globalização que vivemos conjuga em seu bojo o desenvolvimento de quatro fenômenos mundiais. O primeiro deles é o relativo declínio da hegemonia econômica e da liderança política dos Estados Unidos no pós-guerra juntamente com o fim da Guerra Fria e a implosão da União Soviética que puseram fim à bipolaridade.

O sucesso da política *Keynesiana Global* (apertando as políticas monetárias quando a inflação ameaçava; afrouxando essas políticas quando a recessão ameaçava), pregada pelos Estados Unidos no pós-guerra, foi subordinado à condição *unilateral* norte-americana, de gerente de um sistema onde o dólar era o veículo cambial e o padrão de valor. Com o término dessa unilateralidade, ou seja, com o surgimento de nações economicamente tão fortes quanto os Estados Unidos "(...)a locomotiva americana foi ficando pequena para puxar o resto do mundo(...)" (THUROW, 1993, p.65). Hoje, com o fim da Guerra Fria, o desmantelamento da ex-URSS e a tripolaridade da atual economia mundial, os Estados Unidos perdem a sua hegemonia política, econômica e militar mundial e passam a se preocupar com a sustentação de sua força política e econômica propondo a criação do *North American Free Trade Agreement* (NAFTA) - Estados Unidos, México e Canadá -, e a Iniciativa para as Américas, na tentativa de criação de uma Área de Livre Comércio Hemisférica (ALCSA).

O segundo fenômeno é o rápido crescimento dos mercados financeiros globais a partir do final da década de 70, facilitado não só pela desregulamentação dos mercados financeiros, como também pelas novas tecnologias de informação. O mercado internacional de câmbios movimenta, hoje, mais de um trilhão de dólares diários, demonstrando a preponderância do mercado financeiro sobre o comercial. Assim, a globalização financeira acabou por diminuir substancialmente o poder dos bancos centrais de controlar o valor das moedas, acentuou as flutuações e a volatilidade das taxas de câmbio em consequência das especulações e limitou a autonomia da política monetária e fiscal dos governos. O forte crescimento dos mercados *off-shore* reduziu a capacidade das autoridades monetárias de conterem os fluxos maciços do movimento de capitais, fortalecendo o interesse dos países em relação à integração regional.

Um terceiro fenômeno diz respeito à globalização da atividade empresarial tanto no setor industrial como no dos serviços. Segundo EMMERIJ (1993, p.70), "(...)as operações de fusão de sociedades, as OPAs nacionais e internacionais, afetam a reestruturação industrial e os dados da concorrência internacional. À uniformização dos gostos dos consumidores responde à das normas e dos métodos de produção. As sociedades e as empresas atingem dimensões que as tornam independentes das economias

nacionais. A capacidade de intervenção dos Estados vê-se enfraquecida com isso, e as políticas econômicas elaboram-se cada vez mais ao nível supranacional(...)".

A globalização da atividade empresarial acabou por fortalecer a competição global entre as empresas, favoreceu e incentivou a cooperação mediante alianças empresariais e promoveu a internacionalização da produção de empresas, quer sejam sediadas em países pobres ou ricos, quer sejam estas empresas grandes ou pequenas. EMMERIJ (1993) sustenta que com a globalização as empresas passaram a controlar o mercado mais por meio dos atuais sistemas de alianças inter-sociedades do que por meio de aquisições ou de criação de filiais: "(...)os ativos estratégicos interessam-lhes agora mais do que as mercadorias(...)".

OMAN (1994) afirma que "(...)à semelhança do que ocorreu na globalização dos mercados financeiros, a globalização da atividade empresarial na economia *real* foi facilitada tanto pela desregulamentação implementada pelos governos como pelas novas tecnologias de informação(...)", a globalização da mídia acentuou substancialmente os fluxos de informações globais o que fez com que o componente *serviços* acabasse por assumir uma posição determinante em todas as atividades manufatureiras.

O quarto fenômeno diz respeito à emergência da preocupação pública, generalizada, com as ameaças ao meio ambiente em consequência do esgotamento da camada de ozônio e do aquecimento global. O fenômeno da globalização foi facilmente percebido quando, em junho de 1992, no Rio de Janeiro, uma centena de nações, preocupadas com os problemas das chuvas ácidas, do aquecimento da terra, da biodiversidade e com a preservação das florestas se reuniram para a consideração de um tratado internacional de política de meio ambiente.

Estes fenômenos compreendem uma nova fase do desenvolvimento capitalista atual, ou seja, uma maior sensibilidade pública quanto "(...)à idéia de que as forças de mercado não-contidas podem gerar efeitos *externos* indesejáveis numa escala global, que mesmo os governos mais poderosos agindo isoladamente são incapazes de conter(...)" (OMAN, 1994, p.8).

OMAN (1994) sustenta ainda que para o bom entendimento da globalização tais fenômenos são decisivos mas não suficientes. Em termos de política econômica, os governos devem ter a noção exata do que é a globalização para que assim possam adotar as devidas providências para a ela se adaptarem. Os quatro fenômenos citados contribuem decisivamente para o balizamento das ações governamentais, mas são insuficientes à medida que conduzem a uma percepção simplista do processo, conduzindo as autoridades políticas à adoção de medidas de redução dos entraves políticos à movimentação de mercadorias, de fatores de produção e de serviços entre fronteiras.

O processo de globalização atual compreende especificidades que extrapolam as medidas de liberalização defendidas por muitos economistas. Ainda de acordo com OMAN (1994, p.8), a partir de um entendimento "mais útil" da globalização, podemos encará-la como sendo "(...)um fenômeno microeconômico impulsionado pelas estratégias e comportamento das empresas(...)". "(...)Embora três fenômenos em especial - a desregulamentação implementada pelos governos, o advento e difusão de novas tecnologias de informação e a globalização dos mercados financeiros - tenham desempenhado e continuem a desempenhar papéis centrais na facilitação e no estímulo da globalização(...), a força motriz da globalização é constituída hoje pelo amadurecimento e pela difusão internacional do novo sistema de organização empresarial e interempresarial diversamente referido como produção *flexível* ou *enxuta*, ou como *a nova competição*(...)".

A força competitiva deste novo sistema produtivo contribuiu para que entrasse em crise o sistema de produção em massa da organização industrial *fordista/taylorista*, cujo desenvolvimento e difusão internacional fomentou o crescimento e a acumulação de capital em escala global durante grande parte do século XX.

Hoje, com a transição para formas de organização *flexíveis* ou *pós-fordistas*, as economias nacionais enfrentam desafios diversos que, agravados pela redução da produtividade das economias líderes, pelo ajustamento moroso do mercado de trabalho e pela redução do poder de controle econômico por parte dos Estados, corroboram de forma significativa para o retardo no ajustamento e inserção das diversas economias mundiais no novo mercado global.

Neste contexto de rápidas transformações, os Estados ou, mais precisamente, os políticos, são, segundo EMMERIJ (1993, p.77), "(...)em última instância os senhores do jogo, já que criam *de facto* o ambiente econômico para o efeito combinado com as suas políticas(...)". Ao agirem apenas no âmbito de uma legislatura, restringem seus horizontes em média a cinco anos, período no qual se limitam a ajustar as políticas e as instituições às evoluções do mercado. Por outro lado, as multinacionais e os outros agentes econômicos do setor privado, cujos horizontes são muito mais amplos, aprenderam a prever, ou mesmo a materializar tais evoluções, o que lhes permite até mesmo influenciá-las. "(...)Para alguns observadores, a globalização da economia deve-se mais às multinacionais, que dela se beneficiam, do que aos Estados que nela põem em risco as suas prerrogativas(...)" (EMMERIJ, 1993, p.77).

1.2 REGIONALIZAÇÃO

À semelhança da globalização, a regionalização apresenta-se também como uma justaposição de fenômenos. Com o aparente declínio da hegemonia norte-americana, com a ascensão da Europa e do Japão, com o fim da Guerra Fria e a implosão da União Soviética, todo o aparato de liberalização multilateral instituído no pós-guerra ficou ameaçado. O sistema GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) entrou em crise.

"A globalização, juntamente com o fim da guerra fria e a perda de hegemonia política dos Estados Unidos, tornaram o sistema GATT um mecanismo pouco eficiente para a gestão da crescente interdependência entre as nações e de solução de conflitos de interesse(...)" (THORSTENSEN *et al.*, 1994, p.31).

A regionalização ressurge, assim, como uma resposta à globalização econômica mundial. Desde meados dos anos 80, movimentos no sentido da formação ou do fortalecimento de blocos econômicos regionais *de jure* (impulsionada por forças políticas) e/ou *de facto* (impulsionada por forças microeconômicas que fomentam a globalização) se aceleraram pelos quatro cantos do mundo. Mas o fator decisivo para a ressurreição do regionalismo e para que este *Segundo Regionalismo* (expressão adotada por BHAGWATI, 1993) se apresente hoje, mais durável que o *Primeiro Regionalismo*, foi o abandono, por parte dos Estados Unidos, da defesa intransigente do multilateralismo e o início de negociações bilaterais com o Canadá e o México, juntamente com a proposta de criação de uma Zona de Comércio Livre entre as Américas - a Iniciativa para as Américas (ver BHAGWATI, 1993). Esta postura foi a resposta americana à morosidade das negociações da Rodada Uruguai do GATT.

Não é objetivo deste trabalho fazer uma exposição detalhada dos benefícios e dos entraves oriundos do processo de regionalização, mas é válido analisar alguns fatores importantes para se compreender o processo integracionista sub-regional do MERCOSUL.

O forte interesse dos países em desenvolvimento, bem como dos países desenvolvidos, pelo fortalecimento dos laços regionais tem se constituído num importante distanciamento de tentativas passadas - empreendidas entre as décadas de 50 e de 70 -, quando muitos países em desenvolvimento procuraram, sem muito sucesso, a integração regional mais como um substituto de laços mais fortes com o Norte do que como uma complementação de objetivos (ver OMAN, 1994).

A questão básica colocada no debate em torno da regionalização resume-se ao fato de ser ela uma etapa para a liberação do comércio multilateral ou, ao contrário, um empecilho para a abertura comercial numa escala global. Esse debate destaca a importância, para os legisladores de todos os países, da garantia de que os acordos regionais *de jure* não

se tornem instrumentos de proteção regional. Do mesmo modo realça a importância, para os países em desenvolvimento, das negociações sobre o comércio multilateral no âmbito do GATT.

Como um instrumento de política, a regionalização pode ser usada como um poderoso meio de política coletiva para desintegrar ou enfraquecer os oligopólios, os *rent-seekers* e os grupos de interesse estabelecidos nos países, cujas ações exercidas sobre os mercados nacionais enrijecem a economia e retardam o crescimento econômico. Ao mesmo tempo, a regionalização pode servir de veículo para uma integração política profunda entre os Estados Membros, constituindo-se num importante instrumento para a harmonização internacional de políticas governamentais em matérias, até então, consideradas de interesse público nacional.

Não se deve deixar de atentar para o fato de que esses mesmos grupos de interesse, opostos à regionalização, buscarão, caso não consigam detê-la, a conversão dessa em um instrumento de proteção regional. Às ações nesse sentido estão vulneráveis tanto governos frágeis como países que experimentam um lento crescimento econômico e/ou um alto índice de desemprego.

A regionalização - tanto *de jure*, como *de facto* - tem moldado a globalização em todas as regiões importantes e vem ajudando, no nível microeconômico, a impulsioná-la. A regionalização e a globalização têm pois o poder de se reforçarem mutuamente.

A América Latina e, principalmente, seus governantes deverão estar atentos a estes fenômenos, pois, caso contrário, os processos integracionistas existentes no continente e os em formação estarão fadados ao insucesso, uma vez que para a população em geral, e mais do que nunca para os conservadores, é mais fácil e menos doloroso sustentar modelos ultrapassados do que promover a inserção competitiva, e muitas vezes incerta, destas economias à economia mundial.

2 MERCOSUL (MERCADO COMUM DO SUL)

A América Latina não tem sido alheia ao movimento de integração continental ou subcontinental. Prova deste fato pode ser vislumbrado na história integracionista latino-americana a partir de seu principal precursor - Simón Bolívar -, que dentre outras eméritas personalidades, sonhou com a unidade latino-americana [1].

---

[1] "*Yo deseo más que otro alguno, decía, ver formar en América, la más grande nación del mundo, menos por su extensión y riqueza, que por su libertad y gloria. Aunque no aspiro a la perfección del gobierno de mi patria, no puedo persuadirme que el nuevo Mundo sea por el momento, regido por una gran república; como es posible, no me atrevo a desearlo y menos deseo una monarquia universal de América, porque este proyecto, sin ser útil, es también improbable; !Qué bello sería que el Istmo de Panamá pudiera ser para nosotros lo que el Istmo de Corinto fue para los griegos! Quiera Dios que algún día podamos tener la buena fortuna de convocar allí una majestuosa Asamblea de representantes de*

O Mercado Comum do Sul - MERCOSUL - surge como o primeiro passo concreto na direção do ideal preconizado por Bolívar. Segundo SEITENFUS (1994), "(...)pela primeira vez na história das relações econômicas internacionais, um mesmo documento público, ainda que provisório, mescla projetos de fusão de políticas econômicas, sem que seja atendido o princípio da sucessão gradual que condiciona a engenharia da integração econômica. Em Assunção abandona-se a precaução e adota-se o princípio da redução tarifária progressiva, linear e automática em busca do equilíbrio entre as partes(...)".

2.1 ANTECEDENTES

Criado em Assunção, no Paraguai, em 26 de março de 1991, tendo por países signatários a Argentina, o Brasil, o Paraguai e o Uruguai, o Tratado de Assunção emerge como o resultado de negociações entre as duas maiores economias regionais - Argentina e Brasil - que se iniciaram em meados dos anos 80.

Diversas foram as razões que motivaram a integração da região. Estas podem ser resumidas em três vetores principais da história político-econômica latino-americana que não apresentam uma cronologia sistemática [2].

Primeiramente, a falácia de tentativas integracionistas passadas, tais como a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) criada em 1980 em substituição à - fracassada - Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), criada em 1960.

Em segundo lugar, e de grande relevância para a integração sub-regional do Cone Sul, temos o fator político, que materializado na re-democratização dos regimes políticos e no término da política de desconfiança recíproca, que "envenenou" as relações bilaterais - entre Brasil e Argentina - desde a época colonial, possibilitou a consolidação dos esforços de aproximação desses países.

Por último, temos os condicionantes econômicos da região e do mundo. No plano regional, a constatação de KUME & MARKWALD (1993, p.205) de que "(...)a primazia de fatores políticos na origem do processo de integração entre Argentina e Brasil é diretamente proporcional à fragilidade dos vínculos econômicos, que atingiram, em meados dos anos 80, seu ponto mais baixo(...)", é de extrema relevância pois, "(...)de fato, entre 1980 e 1985 os fluxos bilaterais de comércio reduziram-se 40%, no contexto de um dramático processo de ajustamento externo promovido, simultaneamente, por ambos os

---

repúblicas, reinos e imperios, para deliberar sobre los importantes intereses de paz y de guerra con las naciones de las otras tres cuartas partes del globo terrestre. Este tipo de organización bien pude llegar a ocurrir en algún período más feliz de nuestra generación".(Simón Bolívar *apud* PICHARDO, 1976)

2 Dentre a literatura disponível constatamos a existência de um posicionamento consensual a respeito das razões que motivaram a integração regional latino-americana, ver, por exemplo, KUME & MARKWALD (1993); NOGUÉS & QUINTANILLA (1993).

países. Em 1985, o intercâmbio comercial argentino-brasileiro era apenas 20% superior ao registrado em 1970, medido em dólares constantes(...)". A necessidade de expandir o comércio exterior para reduzir a carga da dívida externa se impõe como uma realidade urgente a ser alcançada entre os países. No plano mundial a Integração das Américas vem sendo dinamizada pelo processo de globalização e regionalização, o qual engendra a adoção de ações conjuntas que viabilizem a efetiva inserção desses países, em desenvolvimento, à Nova Ordem Econômica Mundial, baseada em padrões tecnológicos que, pela rápida mutação, condicionam o crescimento e desenvolvimento dessas economias.

Quatro acordos precederam a criação do MERCOSUL (ver Quadro 1 - para os três primeiros acordos precedentes ao Tratado de Assunção). Em 1986 é firmado, pelos presidentes Sarney e Alfonsín, a Ata para Integração Argentino-Brasileira estabelecendo um programa de integração e cooperação entre as duas nações, a qual tinha, como princípios norteadores: o *gradualismo*, para avançar na definição e avaliação em etapas anuais; a *flexibilidade*, para permitir a modificação no ritmo e no objetivo; o *equilíbrio setorial*, para evitar a especialização inter-indústria; e a *simetria*, para harmonizar as políticas específicas que interferem no desempenho do setor escolhido. Tal Ata contou com diversos protocolos - cerca de 24 entre 1986 e 1989 - que estabeleciam a integração progressiva entre setores de indústrias complementares (bens de capital, indústria automobilística, indústria alimentícia, energia nuclear, empresas binacionais, indústria aeronáutica, comunicações, fundo de investimentos binacionais, acordos financeiros para reequilibrar o comércio, biotecnologia, etc.).

Quadro 1: Argentina-Brazil integration process for trade in goods

Name and Year of document	Type of mechanism		Specific objective	Pre-announced timetable
	Automatic	Discretionary		
Acta para la Integración Argentina-Brasileña 1986	No	Yes	CU [a]	No
Tratado de Integración 1989	n.a.	n.a.	Common Market by 1998	No
Acta de Buenos Aires 1990	Yes	No	Common Market by 1994	Yes
Tratado de Asunción 1991	Yes	No	Common Market[b] by 1994	Yes

Notes: [a] The CU goal was for Protocol Nº 1 on capital goods; [b] Signed also by the Presidents of Paraguay and Uruguay; n.a. - not available
Source: J. J. NOGUÉS and R. QUINTANILLA - table 9.6, p.295 *IN* MELO & PANAGARIYA (1993).

Em 1989 é aprovado, pelo Congresso dos dois países, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, cujos objetivos eram: a eliminação gradual de todas as

barreiras, tarifárias ou não, com a finalidade de criar um ambiente favorável à formação de um espaço econômico comum até 1998; e a harmonização, também gradual, das políticas aduaneira, agrícola, comercial, industrial, de transporte e comunicação, e a coordenação das políticas macroeconômicas.

Em julho de 1990, em uma demonstração de vontade política que refletia a conversão de um posicionamento restritivo dos governos anteriores para uma estratégia econômica liberalizante, os presidentes Collor e Menem decidiram, através da assinatura da Ata de Buenos Aires, acelerar o processo de integração antecipando, para 31 de dezembro de 1994, o estabelecimento do mercado comum bilateral, com a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção.

Passados alguns meses, em dezembro de 1990, foi firmado junto à ALADI o Acordo de Complementação Econômica entre o Brasil e a Argentina (ACE-14), que passou a regular as relações econômico-comerciais dos países no período transitório de 1991 a 1994, condensando todos os tratados e acordos anteriores. As principais características desse acordo são: a liberalização tarifária geral até dezembro de 1994; a criação de um cronograma para os entendimentos e cumprimentos de equacionamentos em relação às tarifas e aos produtos inclusos nas listas de exceção; coordenação de políticas macroeconômicas; a complementação setorial; a adoção de um Regime Geral de Origem; e um Sistema de Solução de Controvérsias e de Cláusulas de Salvaguardas.

2.2 O TRATADO DE ASSUNÇÃO, A AGENDA DE LAS LEÑAS E O PROTOCOLO DE OURO PRETO

Com o Tratado de Asssunção são incorporados outros dois Estados Partes: a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai.

O modelo de integração consolidado em Assunção difere significativamente do modelo firmado em 1986, quando do estabelecimento do Programa de Integração e Cooperação Econômica - PICE. A forma de integração prevista pelo PICE, denominada "modelo de protocolo" por Martirena-Mantel *apud* KUME & MARKWALD (1993), "(...)procurava preservar, na medida do possível, as estruturas industriais obtidas no processo de substituição de importações(...)" evitando, assim, "(...)uma especialização do tipo *trigo por máquinas*, que, inevitavelmente, provocaria conflitos regionais(...)".

Em Assunção é reafirmado o "modelo de integração competitiva" proposto pela Ata de Buenos Aires. Nesse modelo "(...)o processo passa a ser rápido e ambicioso: prazo de quatro anos para atingir um mercado comum que requer, entre outros fatores, a tarifa externa comum. A configuração produtiva é determinada pelo sistema de mercado, cabendo ao governo a coordenação das políticas macroeconômicas e a harmonização de políticas

específicas para evitar interferências indevidas nas vantagens comparativas de cada país(...)" (KUME & MARKWALD, 1993, p.212).

De acordo com o Tratado, a integração competitiva dos quatro países visa:

- a inserção mais competitiva das economias dos quatro países num mundo em que se consolidam grandes espaços econômicos e onde o progresso técnico se torna cada vez mais essencial para o êxito dos planos de desenvolvimento;

- o favorecimento de economias de escala, que reforcem as possibilidades de cada um dos países membros, com o incremento da produtividade;

- a promoção de esforços de abertura nas economias dos quatro países, que deverão conduzir à integração gradual da América Latina; e

- o balizamento das ações dos setores privados e da sociedade como um todo, as quais deverão ser os principais motores do processo de integração.

A constituição do Mercado Comum do Sul implica também, segundo seu Capítulo I, Artigo 1°, em que estes países alcançem: a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre eles; o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados, e a coordenação de posições em foros econômicos-comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes (de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal e monetária, cambial e de capitais, de serviços, alfandegária, de transporte e comunicações, entre outras); e o fortalecimento do processo de integração através do compromisso dos Estados Partes de harmonizarem suas legislações.

Para tão "grandiloquentes" [3] objetivos, foram definidos instrumentos específicos para facilitar a constituição do Mercado Comum. Os instrumentos adotados são:

- um Programa de Liberalização Comercial, que consistirá em reduções progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas da eliminação de restrições não-tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições entre os países, para chegar a uma tarifa zero sobre a totalidade do universo tarifário em 31 de dezembro de 1994 (Capítulo I, Artigo 5° e Anexo I do Tratado de Assunção);

- a coordenação de políticas macroeconômicas, que se realizará gradualmente e de forma convergente como os programas de desgravação tarifária e eliminação de

---

[3] O termo "grandiloquente" é apresentado por SEITENFUS (1994) no artigo <u>MERCOSUL - um adiamento inevitável</u>, onde o autor avalia os objetivos e os instrumentos propostos tanto para o "modelo de protocolo" como para o modelo de integração competitiva. O autor afirma ainda serem as aspirações do Tratado de Assunção "confusas e desmensuradas" pois resulta de "um processo concebido em gabinetes e implementado em prazos incompatíveis". As apreensões com relação à concretização do MERCOSUL são também percebidas em outros autores como, por exemplo, KUME & MARKWALD (1993), THORSTENSEN (1994), entre outros, os quais enfatizam os pleitos eleitorais, entre 1994 e 1995, no Brasil, na Argentina e no Uruguai, como condicionadores do sucesso da integração.

restrições não-tarifárias, visando assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes e evitar que eventuais descompassos nas políticas dos quatro favoreçam ou prejudiquem artificialmente a competitividade de bens e serviços (Capítulo I, Artigo 5° e Anexo I do Tratado de Assunção);

- uma Tarifa Externa Comum (TEC) que incentive a competitividade externa dos Estados Partes (Capítulo I, Artigo 5° e Anexo I do Tratado de Assunção);

- a adoção de acordos setoriais, com a finalidade de otimizar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas operativas eficientes (Capítulo I, Artigo 5° e Anexo I do Tratado de Assunção); e

- a adoção, durante o período de transição que se estenderá desde a entrada em vigor do Tratado até 31 de dezembro de 1994, de um Regime Geral de Origem, de um Sistema de Soluções de Controvérsias e de Cláusulas de Salvaguardas (Anexos II, III e IV do Tratado de Assunção).

Para que se desse execução aos objetivos do Tratado de Assunção e sustentação institucional ao MERCOSUL, os Estados Partes criaram dois órgãos oficiais provisórios: o Conselho do Mercado Comum e o Grupo Mercado Comum. O Conselho dirige politicamente o MERCOSUL, tomando decisões; por outro lado, o Grupo Mercado Comum, por ser o órgão executivo, fica incumbido da responsabilidade de colocar em prática as decisões tomadas pelo Conselho, fazendo cumprir as diretrizes do Conselho e supervisionando as atividades de 11 subgrupos de trabalho criados para elaborar estudos e conduzir as negociações mais técnicas e específicas. Os subgrupos são:

Subgrupo 1 - Assuntos comerciais;
Subgrupo 2 - Assuntos aduaneiros;
Subgrupo 3 - Normas técnicas sobre áreas de metrologia científica e industrial, metrologia legal, normalização e qualidade industrial;
Subgrupo 4 - Política fiscal e monetária relacionadas com o comércio;
Subgrupo 5 - Transporte terrestre;
Subgrupo 6 - Transporte marítimo;
Subgrupo 7 - Política industrial e tecnológica;
Subgrupo 8 - Política agrícola;
Subgrupo 9 - Política energética;
Subgrupo 10 - Coordenação de políticas macroeconômicas; e
Subgrupo 11 - Assuntos trabalhistas.

Estes onze subgrupos de trabalho, foram definidos, originalmente, na Agenda de Las Leñas em junho de 1992. Las Leñas marca um importante passo para o processo de integração, pois são definidos temas e datas para a conformação de uma união aduaneira na região, conferindo uma maior objetividade ao processo de negociação. "(...)O Tratado de Assunção, apesar de apresentar metas e prazos para a constituição do Mercado Comum

caracteriza-se mais pela afirmação de intenções do que pela definição objetiva de critérios e meios para a supressão de assimetrias no conjunto das negociações políticas que afetam a competitividade(...)" (CORREA *et al.*,1993, p.3-4).

Os pontos da Agenda de Las Leñas e os principais instrumentos a serem harmonizados podem ser reagrupados em três blocos de política econômica: política comercial, políticas de promoção e política macroeconômica. O cronograma estabelecido apresenta uma maior urgência no tratamento dos aspectos da política comercial em detrimento dos aspectos das políticas de promoção e macroeconômica.

O cronograma previa, para fins de 92, o acordo dos termos da harmonização em matéria de práticas desleais de comércio (*dumping* e subsídios) e da eliminação de barreiras não-tarifárias. Para 1993, a previsão era de que estivessem harmonizados a Tarifa Externa Comum, o Regime de Salvaguardas, os termos de convergência dos acordos vigentes com terceiros países e a compatibilização no tratamento das Zonas Francas e das Zonas de Processamento de Exportações (ver Quadro 2).

Quadro 2: Políticas para a conformação do MERCOSUL

	Principais instrumentos a serem harmonizados	**Prazo final p/ avaliação ou instrumentalização da decisão**
Política Comercial	*dumping* / subsídios	entre jul-dez de 92
	eliminação de barreiras não-tarifárias	entre jul-dez de 92
	tarifa externa comum	entre jul-set de (*)
	áreas aduaneiras especiais	entre out-dez de 93
	acordos c/ terceiros países	entre abr-jun de 93
Política de Promoção	acordo de proteção ao investimento	entre abr-jun de 93
	política industrial	entre out-dez de 93
	política de concorrência	entre out-dez de 93
	política tecnológica	entre abr-jun de 94
	política agrícola	entre out-dez de 93
Política Macroeconômica	coordenação de paridades cambiais	entre abr-jun de 93
	tributos incidentes sobre o comércio	entre jul-set de 94
	movimento de capitais	entre out-dez de 93

NOTA: (*) em dezembro de 92 já estarão preparadas as avaliações internas de cada país do resultado das discussões dos quatro países acerca de cada uma das propostas nacionais.
FONTE: Informações colhidas junto ao Ministério das Relações Exteriores *IN* CORREA *et al.* (1993), Tabela 1, p.6.

Uma vez definida a sequência automática de liberalização do comércio intra-zona, a prioridade dada à convergência dos instrumentos de política comercial revela, de acordo com PORTA (1993), um certo pragmatismo dos negociadores por um lado, e por

outro, uma menor atenção às questões relacionadas com a reestruturação produtiva e a definição da inserção internacional dos quatros países.

Com relação ao pragmatismo adotado pelos negociadores, CORREA *et al.*(1993) acrescentam que a estratégia de abordagem para a harmonização é baseada em três critérios: sua prioridade para o processo de unificação comercial; o grau de controvérsia que a matéria desperta; e o tipo de homogeneização das políticas requeridas para a viabilização do MERCOSUL.

Ainda de acordo com o estudo de CORREA *et al.* (1993), o último critério (tipo de homogeneização das políticas) pode ser decomposto em três elementos distintos:

a) "(...)A simples harmonização dos instrumentos disponíveis, sem preocupação maior com os resultados de cada economia em particular ou com a adequação desses instrumentos a objetivos distintos da integração comercial *stricto sensu*. Os trabalhos nessa área devem, portanto, resultar na definição de instrumentos únicos, suprimindo assimetrias e, consequentemente, evitando a ocorrência de desvios de comércio(...)";

b) "(...)A definição de instrumentos comuns que evitem o surgimento de desvios competitivos decorrentes de assimetrias das políticas locais, mas também atentem para objetivos mais amplos que a formação de uma união aduaneira. Este tipo de homogeneização de políticas guarda alguma dependência com relação a seus resultados e sua natureza e pode ser alterada caso os efeitos alcançados divirjam dos desejados(...)";

c) "(...)A convergência de desempenho das economias locais, a despeito das particularidades dos instrumentos que a cada país seja facultado utilizar. É a adequação dos resultados aos objetivos de integração que importa, independentemente da semelhança dos instrumentos utilizados para obtê-los(...)" (ver Quadro 3).

Quadro 3: A estratégia de integração no MERCOSUL

	Política Comercial	**Políticas de Promoção**	**Política Macroeconômica**
Critério de prioridade	ALTO	MÉDIO	BAIXO
Grau de resistência à harmonização ou à definição de políticas comuns	BAIXO	MÉDIO	ALTO
Grau de homogeneização das políticas	HARMONIZA-ÇÃO	HARMONIZAÇÃO E/OU POLÍTICAS COMUNS	CONVERGÊNCIA DE RESULTADOS

FONTE: CORREA *et al.* (1993), Tabela 2, p.9.

O cronograma de Las Leñas constituiu um importante instrumento para a redução de assimetrias e para a convergência das diversas políticas nacionais, revelando, à medida que foi dada prioridade aos temas de comércio exterior em detrimento dos demais,

uma estratégia pragmática de evolução através de áreas temáticas de baixa resistência e de prioridade elevada para a integração.

A Agenda de Las Leñas previa que a avaliação ou instrumentalização das decisões referentes aos temas harmonizáveis, estariam concluídas até dezembro de 1994. Tal prazo coincide com o término do período transitório previsto pelo Tratado de Assunção e com a determinação da estrutura institucional definitiva dos órgãos do MERCOSUL prevista pelo Artigo 18° do Capítulo I do Tratado de Assunção.

Assim, os Estados Partes, reunidos em Ouro Preto entre os dias 16 e 17 de dezembro de 1994, na VII Reunião do Conselho Mercado Comum, concluíram as negociações que viabilizariam o funcionamento da União Aduaneira a partir de 1° de janeiro de 1995. O texto conclusivo desta reunião ficou conhecido como Protocolo de Ouro Preto.

Cabe assinalar que se trata de uma "União Aduaneira Flexível". Essa designação foi primeiramente colocada por LAVAGNA (1994) na 5ª Reunião do Grupo de Análise sobre a Integração do Cone Sul, onde, à época, era prevista uma Tarifa Externa Comum (TEC) para 85% da nomenclatura e outros 10 a 12% teriam, no caso de bens de capital e de algumas listas de exceções de cada país, uma tarifa comum progressiva - que seria única a partir de 1° de janeiro de 2001.

De fato, a partir de janeiro de 95 entrou em vigor uma "União Aduaneira Flexível" combinada com uma "Zona de Livre Comércio Parcial" [4]. MACHADO (1995),

---

4 Segundo SHIBATA (1972), uma Zona de Comércio Livre corresponde a um agrupamento internacional de dois ou mais países, que acordam uma eliminação de tarifas e restrições quantitativas sobre produtos importados, devendo estes produtos serem total ou parcialmente produzidos nos países membros do agrupamento, ou seja, a eliminação de tarifas e restrições quantitativas recai apenas sobre os produtos oriundos dos países membros. Com relação aos produtos importados de terceiros países não-membros, cada país membro, individualmente, mantém suas próprias taxas e restrições quantitativas.

A tradicional definição de Zona de Comércio Livre difere da definição apresentada por Shibata, pois não se cogitava a possibilidade de deflexões do comércio, criada pela possibilidade da penetração de produtos de terceiros países não-membros nesta Zona através de países membros com direitos alfandegários reduzidos. A deflexão de comércio é definida por Shibata como sendo o redirecionamento das importações de terceiros países através do país membro com menor direito alfandegário, possibilitando a exploração do diferencial tarifário entre os países membros.

O ponto crucial apresentado por Shibata e que difere da teoria tradicional é que a Zona de Comércio Livre não deve ser totalmente "livre", ou seja, deve-se impor mensurações como a "regra de origem", a qual previne deflexões do comércio, liberalizando o comércio intra-agrupamento apenas para os bens, total ou parcialmente, produzidos no seu interior. Este princípio pressupõe que as matérias-primas importadas de terceiros países, para circularem livremente no interior desta área devam ser em primeiro lugar transformadas no próprio país membro pelo qual estas entraram. Geralmente tais mensurações são executadas por intermédio de uma limitação proporcional de valor acrescentado nos produtos no interior da área.

Shibata, ao discutir os diversos problemas oriundos dos agrupamentos econômicos - tais como: os problemas impostos pelas restrições geográficas; os efeitos de criação e desvio de comércio; e os efeitos sobre a produção e o consumo - constata que no caso das Zonas de Comércio Livre é o princípio de origem que determina o fim destes efeitos, enquanto nas Uniões Aduaneiras é a Pauta Externa Comum que determina a extensão dos mesmos efeitos.

em estudo recente, constata que em Ouro Preto foi aprovada uma TEC para cerca de 85% dos 9 mil itens que compõem a nomenclatura comum de mercadorias. As tarifas variam entre 0 e 20%. Para 15% do universo de mercadorias constantes das listas nacionais de exceção, as tarifas deverão convergir para a TEC em 2001 e em alguns casos em 2006. Cerca de 900 itens do setor de bens de capital e 200 itens dos setores de informática e de telecomunicações formam um conjunto de produtos que entrarão em regime de convergência para a TEC.

As listas nacionais de exceções estão divididas da seguinte forma: Argentina - 232 itens distribuídos nos setores siderúrgico, químico, calçados, papel e celulose; Brasil - 175 itens distribuídos nos setores químico e petroquímico, borracha, agricultura e matérias-primas têxteis; Paraguai - 210 itens distribuídos nos setores químico, agrícola, siderúrgico, têxtil, brinquedos e eletro-eletrônico; e Uruguai - 212 itens distribuídos nos setores químico, têxtil, siderúrgico, lácteos e borracha.

O MERCOSUL apresenta ainda algumas barreiras ao comércio intra-regional. Os países puderam apresentar listas nacionais de adequação com produtos excluídos do regime de preferência tarifária integral no comércio intra-MERCOSUL. Tais listas compõem-se da seguinte forma: Argentina - 221 itens que terão margem de preferência inicial de 10% evoluindo para 100% em 1° de janeiro de 1999. Produtos, tais como papel, refrigerantes, têxteis e pneumáticos, terão cotas de livre acesso em seu mercado; Brasil - 29 produtos com margem de preferência inicial de 20% e a liberalização completa se efetivará em 1° de janeiro de 1999. Alguns dos produtos que constam da lista de exceção são: vinhos, pêssegos e tecidos de lã; Paraguai - 427 itens, entre eles produtos têxteis, tomate, arroz e óleos, com preferência tarifária inicial de 10% e a liberalização completa do comércio a partir de 1° de janeiro do ano 2000; e Uruguai - 950 itens incluindo produtos têxteis, siderúrgicos, químicos, lácteos, farinha de trigo e frutas. Para cerca de 250 mercadorias não foram oferecidas margens iniciais de preferência. Até o ano 2000, o comércio destes produtos estará isento de tarifas.

A importância maior do Protocolo de Ouro Preto reside no fato de se ter acordado a institucionalização do MERCOSUL. Os Estados Partes, em cumprimento ao Artigo 18 do Capítulo I do Tratado, acordaram e ratificaram, em 17 de dezembro de 1994, uma estrutura institucional de caráter predominantemente inter-governamental.

Assim, seguindo a definição de Shibata, considera-se uma "União Aduaneira Flexível" aquela onde à Pauta Externa Comum é possibilitado a criação de listas nacionais de exceção; e uma "Zona de Livre Comércio Parcial" aquela onde o Princípio de Origem não é generalizado, ou seja, no caso do MERCOSUL é estabelecido um percentual de 60% de conteúdo nacional e 40% de conteúdo estrangeiro, mas de acordo com o Protocolo de Ouro Preto as condições necessárias para o cumprimento dessa regra é diferenciada para cada setor ou produto específico, como informática, telecomunicações, siderúrgicos e químicos. O produto intercambiado no MERCOSUL com tarifa zero terá um índice de nacionalização de 60%, com exceção dos bens de capitais, cujo patamar deverá ser de 80%.

Além do Conselho do Mercado Comum (CMC) e do Grupo Mercado Comum (GMC) foi criado em agosto de 1994 a Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM) subordinada ao GMC e que desempenhará papel fundamental na implementação da TEC e na gestão do sistema de solução de controvérsias. À Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM) estarão vinculados dois comitês técnicos que cuidarão do exame e eliminação das barreiras não-tarifárias e das políticas públicas que afetam o comércio. Funcionará ainda a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), o Foro Consultivo Econômico-Social (FCES) e o Tribunal Arbitral do MERCOSUL (TAM). A Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM) editará um Boletim Oficial com as decisões do CMC e do GMC. As decisões do Conselho serão tomadas por consenso e todos os órgãos terão um orçamento próprio, financiado pelos quatro países.

2.3 DESAFIOS E OPORTUNIDADES NO MERCOSUL

Ocupando uma área de quase 12 milhões de quilômetros quadrados - cerca de cinco vezes o tamanho da União Européia (EUR-12) e 31 vezes o do Japão - o MERCOSUL é hoje a quinta maior economia do mundo depois dos EUA, da União Européia, do Japão e da China, levando-se em consideração o Produto Interno Bruto desses países e regiões a preços reais.

Quadro 4: Perfil sócio-econômico do MERCOSUL

INDICADORES	DATA	ARGENTINA	BRASIL	PARAGUAI	URUGUAI	MERCOSUL
01-Área (mil Km^2)		2.767	8.521	407	177	11.872
02-PIB (US$ bilhões)	1993	255,5 [a]	456,0 [b]	6,9 [c]	13,4 [d]	731,8
03-População (milhões) [e]	1993	33,4	152,1 [b]	4,6	3,2	193,3
04-Renda per capita	1993	7.650	2.998	1.500	4.188	3.786
05-Salário mínimo (dólares)	1994	200,00	65,00	190,00	87,00	
06-Inflação (últimos 12 meses)	1994 MAR	5,9 %	3392,27 %	21,1 %	52,0 %	
07-Desemprego		9,3 % OUT/93	5,5 % JAN/94	6,6 % 1990	7,4 % OUT/93	
08-Expectativa de vida (anos)	1992	71	66	67	72	69
09-Taxa de natalidade (mil pop)	1992	20	23	35	17	24
10-Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	1994	29	57 [i]	36	20	36
11-População urbana (% do total da pop)	1994	87	77	49	89	76
12-Valor da produção agrícola (US$ bilhões)	1993	15,33	46,06	1,66 [ii]	1,47 [ii]	64,52
13-Valor da produção industrial (US$ bilhões)	1993	79	164,16	1,59 [ii]	3,89 [ii]	284,84
14-Tarifa média de importação (%)	1994	16,3	11,3	8,0	14,8	13
15-Exportações globais (US$ milhões)	1993	13.118	38.610	725	1.607	54.060
16-Importações globais (US$ milhões)	1993	16.783	25.688	1.689	2.333	46.493
17-Saldo global (US$ milhões)	1993	-3.665	12.955	-964	-726	7.600
18-Reservas internac. (US$ milhões)	1994	15.526 JUL	40.204 AGO	946 JUN	831 JUN	57.507 AGO
19-Dívida Externa (US$ milhões)	1993	66.000	135.680	1.700 (1992)	6.994 (1992)	210.374

NOTAS: [i] Baseado na estimativa demográfica de 5 anos ou mais; [ii] Valor de compra.

FONTES: Centro de Informações da Gazeta Mercantil; [a] Banco Central da República da Argentina; [b] Banco Central do Brasil; [c] Banco Central do Paraguai; [d] CEAL sobre dados do Banco Central do Uruguai; [e] FMI - Estatísticas Econômicas Internacionais.*Do item 5 ao 7, PRAXEDES & PILETTI (1994); *Do item 8 ao 11, Banco Mundial: Relatório 1994; *Itens 12 e 13 Estimativa sobre o PIB de 93 com percentuais referentes ao PIB agrícola e industrial para 92, do Banco Mundial, exceto para o Brasil que utilizou os percentuais do PIB de 92 com a variação do PIB para 93 do IBGE; *Item 14 a 17 Informações fornecidas pelos países (Brasil-Secex): Elaboração DIE-ALADI; *Item 18 - FMI - Estatísticas Financeiras Internacionais, exceto para o Brasil-Banco Central do Brasil; *Item 19 - CEAL, exceto Paraguai - Banco Mundial.
TACHINARDI *IN* MERCOSUL - Relatório da Gazeta Mercantil, 31/12/94 e 02/01/95; e PRAXEDES & PILETTI, (1994).

Com uma renda *per capita* próxima dos US$ 4 mil, um comércio exterior superior a US$ 100 bilhões e economias relativamente desenvolvidas, o Mercado Comum do Sul apresenta ainda uma estrutura sócio-político-econômica bastante diversificada que impõe grandes desafios às autoridades governamentais e, ao mesmo tempo, mostra as várias oportunidades de um mercado integrado (ver Quadro 4, acima).

As disparidades entre os quatro Estados Partes do MERCOSUL e entre estes e o resto do mundo, se manifestam de formas variadas, influenciando todo o desenvolvimento

integracionista. Analiticamente podemos caracterizar tais disparidades como: regionais, políticas, sociais e econômicas. Na verdade, tais características apresentam-se simultaneamente nos quatro países com intensidade variada de país para país.

No que diz respeito ao aspecto regional, cabe assinalar que apesar de o Mercado Comum do Sul ser composto pela totalidade territorial dos quatro países, há uma distinção real entre dois tipos de MERCOSUL. Tal distinção advém das potencialidades regionais que conduzem a um processo de aglomeração definidas por fatores e elementos que regulam e influenciam a movimentação dos recursos na região. Distingue-se dessa forma um mercado, o MERCOSUL *de direito*, ou seja, aquele composto pela totalidade territorial dos quatro Estados Partes, e um sub-mercado, o Mercosul *de fato*, considerado um país imaginário que em 1990 já possuía uma renda *per capita* próxima de países do primeiro mundo. Este MERCOSUL *de fato* tem por fronteira uma linha imaginária que vai de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, e Assunção, no Paraguai, até Neuquen e Bahía Blanca na Argentina, concentrando uma população próxima de 100 milhões de habitantes e um PIB estimado em US$ 460 bilhões (ver Quadro 5).

Quadro 5: MERCOSUL *DE DIREITO* e *DE FATO*

MERCOSUL 1990						
	DE DIREITO		*DE FATO*			
PAÍSES	*POPULAÇÃO*	*PIB* (a)	*POPULAÇÃO*		*PIB* (a)	
	milhões de habitantes	US$ bilhões (b)	% (c)	milhões de habitantes	% (b)	US$ bilhões (c)
Argentina	32	124	70	23	85	105
Brasil	145	478	50	73	70	335
Paraguai	4	10	100	4	100	10
Uruguai	3	11	100	3	100	11
TOTAL	184	623	56	103	74	461

NOTAS: (a) PIB ajustado para incluir economia submersa, critério IBGE - o mesmo estendido já a outros países; (b) US$ médios correntes; (c) Percentagem aproximada do total do país.
FONTES: Banco Central, IBGE, CEPAL, Instituto de Estadísticas y Censos *IN* ASSUMPÇÃO FILHO (Ed.), 1992.

O MERCOSUL engendra também uma série de fatores políticos, de cunho intelectual e prático, que de forma geral vem influenciando a integração latino-americana. As economias latino-americanas têm enfrentado grandes desafios de ordem econômica como a abertura comercial, a globalização e a regionalização. Tais desafios, acrescidos do processo de re-democratização, repercutem diretamente na estrutura política desses países.

Os dois macroefeitos gerados pelo novo paradigma tecnológico (fragmentação organizacional e geográfica da sociedade e um *forced decoupling* das economias do

Terceiro Mundo) e os aspectos das políticas nacionais, mostram que as apreensões da classe política nesses países - principalmente no Brasil -, com relação à abertura comercial e à globalização econômica e social (principalmente a financeira) têm aumentado significativamente.

No Brasil, como na Argentina, o processo de liberalização econômica tem sido acompanhado pela discussão a respeito do tamanho do Estado, da dívida externa, do controle inflacionário, do controle cambial e, principalmente, do modelo de desenvolvimento a ser adotado. Para THORSTENSEN *et al.* (1994, p.245), "(...)existe uma relação entre crise da dívida externa, altas taxas de inflação e diminuição do fluxo de comércio dentro do MERCOSUL(...)", que tem sido determinante para a formação do mercado integrado (ver Quadro 6).

Quadro 6: Brasil, Argentina e MERCOSUL: IPC, dívida externa e comércio intra-MERCOSUL

	BRASIL		ARGENTINA		*Comércio intra MERCOSUL US$ bilhões*
	IPC %	*Div. Ext. US$ bilhões*	*IPC %*	*Div. Ext. US$ bilhões*	
1980	82,8	71,0	100,8	27,2	3,434
1981	105,6	80 3	104,5	35,7	2,995
1982	97,0	92,8	164,8	43,6	2,353
1983	142,1	98,3	343,8	45,1	1,836
1984	197,0	105,3	626,7	46,2	2,289
1985	226,9	105,1	672,1	49,3	1,950
1986	145,2	111,1	90,1	51,4	2,636
1987	229,7	121,2	131,3	58,3	2,531
1988	682,3	113,5	343,0	58,5	3,003
1989	1.287,0	115,1	3.079,8	63,3	3,717
1990	2.937,8	122,2	2.314,0	65,2	4,036
1991	475,8	119,7	84,0	60,0	5,126
1992	1.208,9	120,7	17,5	71,0	7,293

FONTES: Banco Mundial, FMI e Index MERCOSUL *IN* THORSTENSEN, 1994, Tabela 3, p.246.

Conforme o Quadro 6, estes países sofreram, durante os anos 80, um marcante processo hiperinflacionista acompanhado de um endividamento externo cada vez maior. Os anos 90 delineam uma mudança brusca para estas economias. Brasil e Argentina, após várias tentativas (mal-sucedidas), adotam planos de estabilização econômica que, aparentemente, vêm dando certa estabilidade aos agentes econômicos e à sociedade como um todo.

Não nos compete aqui avaliar, pormenorizadamente, os planos de estabilização dos países latino-americanos, mas apenas referenciar as repercussões político-econômicas que deles advém. É notório o caráter social-democrata, mais próximo do *liberal* americano,

que caracteriza os atuais governos do Brasil e da Argentina. Dentro dessa concepção, a principal questão que se apresenta à sociedade é qual a forma desejável de inserção internacional que se objetiva e qual a postura assumida pelo Estado na perseguição destes objetivos.

Estas questões têm suscitado um grande debate popular e é nessa hora que os nacionalistas ressurgem com discursos prontos (muitas vezes, mal acabados) defendendo os interesses nacionais. A iniciativa de integração regional encontra, assim, importantes resistências não apenas na sociedade, mas sobretudo em diversos setores industriais ou agropecuários, em bolsões empresariais atrasados e nos meios sindicais. Segundo KUNZLER & MACIEL (1994), apesar da "(...)dimensão estratégica e das implicações econômicas e políticas da integração regional começarem a atrair a atenção dos dirigentes políticos, líderes empresariais da região e de parcela organizada da sociedade, são naturais, por enquanto, os crescentes conflitos intra-setoriais, na medida que a dinâmica econômica adotada pelos governos da região promove, alternativamente, estagnação ou recessão, para atender aos pagamentos da dívida externa e seus encargos(...)".

No caso brasileiro, estendendo-se ao restante da América Latina, ressurge como centro do debate político, a *teoria da dependência*, que teve em Fernando Henrique Cardoso, atual presidente brasileiro, um de seus principais formuladores. Tal teoria definia como dependência, a relação de subordinação entre partes do sistema capitalista, ou seja, entre economias "centrais" e "periféricas". Essa dependência não implicaria em estagnação econômica, pelo contrário, dado o contexto internacional e os interesses empresariais à época (anos 60), o desenvolvimento estaria vinculado à idéia de um Estado nacional e a um projeto de capitalismo nacional, fundado no chamado "tripé do desenvolvimento dependente-associado", composto pelas empresas estatais (que promoveram o desenvolvimento industrial de base), pelas multinacionais e pelas empresas nacionais associadas a essas duas.

Este debate volta à tona num período crucial de comprometimento das economias latino-americanas com o desenvolvimento regional. O MERCOSUL exige uma ação concertada por parte de seus Estados Partes, em termos macro e microeconômicos, para atender às necessidades da integração competitiva à economia mundial, sem se valer da afirmação nacional. Recentemente, em um texto publicado pelo jornal Folha de São Paulo (28/05/95, pp.4-7) e que foi apresentado pelo atual presidente brasileiro, em Washington, no Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, Fernando Henrique Cardoso fez uma nova avaliação de *sua* teoria, constatando que "(...)a *interdependência* contemporânea levou tanto as economias em desenvolvimento quanto as já desenvolvidas a se tornarem *dependentes* da novíssima forma de atuação do capitalismo financeiro especulativo: o mercado de derivativos e os fluxos de *hot money*(...)".

Este fenômeno globalizador da economia mundial favorece a deslocação de um grande volume de recursos financeiros de uma parte à outra do globo terrestre em questão de minutos. Os Estados nacionais para conterem tão bruscas variações necessitam, por sua vez, de adotarem uma postura coerente para a condução do desenvolvimento, postura esta não mais empresarial, mas concedente e reguladora.

A efetiva integração regional, atenta às variações do mundo globalizado, só se dará a partir do momento em que questões como globalização financeira, tamanho do Estado e, principalmente, qual o tipo de sociedade almejada para o futuro, sejam ampla e democraticamente debatidas pela sociedade como um todo e que a classe política regional tenha sensibilidade suficiente para perseguir os anseios e as necessidades sociais advindas destas variações.

Este debate não pode ficar restrito apenas à discussão a respeito do caráter neo-liberal dos governos atuais como a oposição almeja. Deve-se sim, perseguir os pontos de conciliação dos interesses políticos, econômicos, sociais, étnicos e culturais, ou seja, apresentar propostas concertadas para o desenvolvimento regional.

Os desafios impostos às autoridades governamentais e à sociedade, referem-se, especialmente, às reais possibilidades da integração alcançar seu pleno êxito. Esse fato advém de dúvidas que são colocadas pela dificuldade de coordenação das políticas macroeconômicas entre os países do MERCOSUL; pelas estabilidades políticas institucionais em fase de consolidação; pelo crescente "passivo" social; por uma elevada dívida externa; e pela falta de capacidade, até o momento, de implementar políticas econômicas resultantes do produto da conciliação nacional.

A inserção dinâmica das economias do MERCOSUL na economia mundial requer políticas ativas, inclusive a realocação eficaz de recursos, em matérias como: tecnologia, educação aplicada a exportadores iniciantes e financiamentos públicos que não afetem o equilíbrio fiscal.

Algumas alternativas de políticas econômicas de atuação para o MERCOSUL, foram propostas por FERRER & LAVAGNA (1992). Uma primeira abordagem refere-se ao fato de que, a partir do momento que os mecanismos usuais para a promoção de políticas ativas e para a realocação eficaz de recursos são de tipo financeiro (condição de acesso e custo de crédito) e fiscal (desgravação do investimento, apoio às exportações, seguros de crédito à exportação, reconversão tecnológica), é impensável que possam operar por longo tempo de maneira diferenciada entre os países membros.

É preciso que se dê prioridade a uma convergência em níveis distintos da opção zero, que significa igualar assimetrias pela via da extinção de políticas. As tarefas de maior urgência têm a ver com as diferenças em matéria de: devolução ou não pagamento de

impostos na exportação; admissão temporária e regimes de ingresso de bens de capital com isenções alfandegárias - não pagamento de tarifas alfandegárias; custo e disponibilidade de crédito para pré e pós-financiamento às exportações; e políticas de crédito e de desenvolvimento tecnológico destinadas a impulsionar a reconversão e a expansão de novos setores produtivos. Estas questões, por afetarem diretamente os custos e rendas dos exportadores, devem convergir para um quadro onde já se tenham definido reduções ou eliminação de tarifas e restrições não tarifárias.

Um segundo campo de ação corresponde ao fornecimento, por parte do Estado, de insumos a preços abaixo dos custos. Nesse caso, fica claro que o país fará uso dessas políticas, nessa área. Até isso acontecer, ele pode recorrer ao mecanismo previsto de acordos setoriais, que combina a redução tarifária com políticas ativas em geral, no marco das quais podem ser reduzidas as assimetrias.

Um terceiro campo importante é o do exercício do poder de compra dos Estados. Nesse caso, a forma mais operativa de atuar é garantir o tratamento de produto nacional aos bens originários de qualquer um dos países membros que respondam às normas de conteúdo de origem estabelecidas. Isso significa, pelo menos nessa etapa, deixar que cada Estado adote sua política nacional de compra, porém garantindo sua extensão aos produtos dos países membros.

CONCLUSÕES

A coordenação dos aspectos políticos e econômicos entre os quatro países do MERCOSUL é condição *sine qua non* para o sucesso da integração regional. O "País" MERCOSUL deve buscar uma maior capacitação econômica e política para acompanhar a evolução das condições de concorrência aos níveis interno e internacional. Isso poderá implicar um recuo da auto-suficiência interna, em alguns setores, e o fortalecimento econômico, em relação a outros. A especialização competitiva, na busca da qualidade, produtividade e preços competitivos, certamente mostrará a saída apropriada para os novos desafios. A reestruturação com vistas à maior competitividade deverá acarretar a queda de estruturas tradicionais de produção, muitas vezes gerando um impacto social, através da seletividade empresarial, com a exclusão de "produtores marginais".

As autoridades governamentais deverão dar atenção especial aos aspectos sociais oriundos, não apenas das políticas nacionais de estabilização como também da integração regional. A abertura econômica; a integração dos quatro países; a "falência" do Estado, principalmente pela falta de transparência das políticas governamentais e pela baixa credibilidade dos governantes; a exposição a uma crescente competitividade interna e internacional; as novas formas de organização empresarial; todos esses fatores, contribuem

de forma acentuada para a degeneração social, caso não sejam tomadas providências concretas e concertadas.

O MERCOSUL, diferentemente da União Européia, não apresenta nenhum fato marcante de conflitos étnicos, porém são constantes os fatos que demonstram uma séria crise de valores morais, que se manifestam através da corrupção, miséria, fome, criminalidade, tráfico de influência, falta de ética profissional, entre outros aspectos.

A verdadeira integração ocorre após a formação de uma consciência comunitária do que temos, do que somos e do que queremos ser. As disparidades sociais, refletidas pelas taxas de natalidade e mortalidade, pela expectativa de vida, pelos níveis salariais existentes entre os quatro países, demonstram o quão distintas são essas economias. O comportamento social e governamental, principalmente no que diz respeito à saúde, mostra a crescente carência de educação que tais economias enfrentam.

Uma ação concreta em matéria de habitação, saúde, educação, formação de recursos humanos e desenvolvimento cultural ampliaria as bases políticas de sustentação da integração e revelaria que os destinatários do MERCOSUL são os povos do Cone Sul. Não haverá desenvolvimento nem integração de fato, entre os países do MERCOSUL, enquanto subsistirem as atuais disparidades de condições de vida, a acentuada concentração de renda e o desperdício - fatos paralelos a um quadro de miséria que aflige, drasticamente, a população regional.

Neste contexto, as empresas terão um papel fundamental e deverão atuar, segundo KUNZLER & MACIEL (1994), "(...)sobre duas frentes principais: a da informação e a da competitividade. As empresas terão de tomar conhecimento da informação, principalmente através de organismos especializados, o que propiciará à pequena e média empresas o acesso a aspectos essenciais da legislação e da normatização que regem o comércio exterior e a transferência de capital e tecnologia, de acordo com os critérios específicos do MERCOSUL. No campo da competitividade, se evidencia a necessidade de uma maior produtividade entre os responsáveis pelo processo produtivo(...)".

A educação, de qualidade, surge então como a principal meta a ser alcançada pelos quatro países, pois é através dela que veremos, no futuro, a erradicação da pobreza, plena saúde e desenvolvimento cultural para toda a sociedade, possibilitando por sua vez, o aumento do potencial humano para o desenvolvimento econômico.

CARDOSO (1993, p.151) servindo-se de *sua* "teoria da dependência" e analisando as relações Norte e Sul e a postura atual do socialismo na *era da ciência da informação*, enfatizou que o mundo atual e seus governos, para sobreviverem, necessitam associar os princípios de justiça social e de liberdade com os instrumentos políticos.

"(...)The latter will no longer be the union of state and party, even if both are reformed, for postindustrial societies (i.e., information economies) are "decentralized": politics is not the center of all change; nor do the state and the parties constitute the sole instruments for reforms. The "polyarchization" of contemporary societies (...) is a fact(...)".

O Mercado Comum do Sul representa a união de povos etnicamente semelhantes, com níveis culturais distintos e que detêm um potencial natural, comercial e tecnológico a ser explorado. Assim, para que esse mercado seja bem sucedido em seu novo empreendimento de integração, requer-se uma coordenação efetiva - e não mais ideológica - dos aspectos sociais, econômicos, políticos e naturais que incidem sobre os povos latino-americanos. Os desafios da integração só serão superados com o envolvimento e o comprometimento desejado de toda a sociedade. A consciência MERCOSUL é a única capaz de manter o processo com vínculos aos anseios sociais, caso contrário, poderá ocorrer somente a integração de capitais com acesso à tecnologia, permitida apenas aos grandes grupos econômicos, enquanto uma parcela significativa da população economicamente ativa ficará marginalizada.

BIBLIOGRAFIA

ASSUMPÇÃO FILHO, Milton Mira de.(1992). MERCOSUL - O Desafio do Marketing de Integração. São Paulo: Simonsen Associados/Makron Books.

BAPTISTA, Luiz Olavo; MERCADANTE, Araminta de Azevedo & CASELLA, Paulo Borba.(Organizadores).(1994). Mercosul: das negociações à implantação. São Paulo: LTr.

BHAGWATI, Jagdish.(1993). *Regionalism and multilateralism: an overview In*: MELO, Jaime de & PANAGARIYA, Arvind.(Editors). New dimensions in regional integration. Cambridge: Centre for Economic Policy Research, pp.22-46.

CARDOSO, Fernando Henrique.(1993). *North-south relations in the present context: a new dependency? In*: CARNOY, Martin; CASTELLS, Manuel; COHEN, Stephen S. & CARDOSO, Fernando Henrique. The new global economy in the information age: reflections on our changing world. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.

CARDOSO, Fernando Henrique.(1995). *Ainda a "teoria" da dependência In*: Folha de São Paulo, 28 de Maio, pp.5.5-5.6.

CORREA, Paulo Guilherme.(1993). Reestruturação industrial e inserção internacional: subsídios para a definição de uma política industrial no MERCOSUL. FUNCEX, Texto para Discussão N°83, Agosto.

CORREA, Paulo Guilherme; MACHADO, João Bosco M. & VEIGA, Pedro da Motta.(1993). A agenda de Las Leñas e a integração no MERCOSUL. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI.

DREIFUSS, René Armand.(1993). Problemas e perspectivas do Brasil no MERCOSUL. Rio de Janeiro: PACS/PRIES.

EKMEKDJIAN, Miguel Ángel.(1994). Introduccíon al derecho comunitario latinoamericano. Buenos Aires: Ediciones Depalma.

EMMERIJ, Louis.(1993). Norte-sul - a granada descavilhada. Portugal: Bertrand Editora.

FERRER, Aldo & LAVAGNA, Roberto.(1992). *MERCOSUL e a coordenação de políticas econômicas In*: Revista Brasileira de Comércio Exterior. Rio de Janeiro: FUNCEX, N°31, Abr./Jun..

FUKUYAMA, Francis.(1992). O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco.

IANNI, Octavio.(1993). A sociedade global. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

KUME, Honorio & MARKWALD, Ricardo Andrés.(1993). As perspectivas do Mercosul: configuração da estrutura produtiva e convergência macroeconômica *In*: IPEA.(1993). Perspectivas da economia brasileira - 1994. VOL.1, Rio de Janeiro: IPEA, pp.205-29.

KUNZLER, Jacob Paulo & MACIEL DE QUADROS, João Carlos.(1994). MERCOSUL e o mercado internacional - uma análise da economia mundial dividida em seus blocos regionais, com destaque para o MERCOSUL. Porto Alegre: ORTIZ.

LAVAGNA, Roberto.(1994). *Um balanço do MERCOSUL - monitoramento do processo de integração: avaliação e perspectivas In*: Revista Brasileira de Comércio Exterior. Rio de Janeiro: FUNCEX, N°41, Out./Dez., pp.7-9.

MACHADO, João Bosco M..(1993). Harmonização comercial, convergência cambial e política industrial no MERCOSUL. Rio de Janeiro: UFRJ/IEI.

MACHADO, João Bosco M..(1995). *MERCOSUL - entra em operação a "União Aduaneira Flexível"* *In*: Balança Comercial. Nº129, Rio de Janeiro: FUNCEX, Jan./Mar., pp.19-20.

NOGUÉS, Julio J. & QUINTANILLA, Rosalinda.(1993). *Latin America's integration and the multilateral trading system In*: MELO, Jaime de & PANAGARIYA, Arvind.(Editors). New Dimensions in Regional Integration. Cambridge: Centre for Economic Policy Research, pp.278-309.

OMAN, Charles.(1994). *O desafio para os países em desenvolvimento In*: Revista Brasileira de Comércio Exterior. Rio de Janeiro: FUNCEX, Nº39, Abr./Jun., pp.6-15.

PEREIRA, Ângelo Cardoso.(1996). A integração do Cone Sul e sua repercussão sobre o Setor Farmacêutico: análise da estrutura do mercado e o delineamento de uma política industrial comparada com a União Européia. Tese de Mestrado. Coimbra: FEUC.

PICHARDO, U. E..(1976). *Conferencia sobre la organizacion de estados americanos, su trayectoria historica In*: Revista de Derecho. Honduras: Año VII, Nº7, pp.26-40.

PORTA, Fernando; LUGONES, Gustavo & LOPEZ, Andrés.(1994). *MERCOSUL - para onde vai a nave? In*: Revista Brasileira de Comércio Exterior. Nº38, Rio de Janeiro: FUNCEX, Jan./Fev./Mar., pp.5-19.

PORTO, Manuel Carlos Lopes.(1991). Lições de teoria da integração e políticas comunitárias: o comércio e as restrições ao comércio. Coimbra: Almedina.

PRAXEDES, Walter & PILETTI, Nelson.(1994). O Mercosul e a sociedade global. São Paulo: Editora Ática.

ROBSON, Peter.(1985). Teoria económica da integração internacional. Coimbra: Coimbra Editora.

SEITENFUS, Ricardo.(1994). *MERCOSUL - um adiamento inevitável In*: BAPTISTA, Luiz Olavo.(Coordenador). MERCOSUL - a estratégia legal dos negócios. São Paulo: Maltese.

SHIBATA, Hirofumi.(1972). *A theory of free trade areas In*: ROBSON, Peter. International economic integration. Peguin Books, pp.68- 87.

TACHINARDI, Maria Helena.(1995). *MERCOSUL - relatório da gazeta mercantil In*: Gazeta Mercantil, 31 de Dezembro/02 de Janeiro.

THUROW, Lester.(1993). Cabeça a cabeça: a batalha econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Rocco.

TORSTENSEN, Vera; NAKANO, Yoshiaki; LIMA, Camila de Faria. & SATO, Claudio Seiji.(1994). O Brasil frente a um mundo dividido em Blocos. São Paulo: Nobel/Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais.

YOFFIE, David B..(1993). Beyond free trade: firms, governments, and global competition. Boston: Harward B. School Press.